

A Teoria em Crise

Eneida Maria de Souza

Universidade Federal de Minas Gerais

O debate que hoje começa a movimentar a comunidade universitária se baseia na antiga discussão sobre os efeitos que determinadas teorias estrangeiras provocam no campo da crítica literária, considerando-se esta como um dos discursos que ultimamente tem se destacado no interior das Ciências Humanas. Nada mais saudável do que essa abertura ao debate, no qual intelectuais se vêem na obrigação de se posicionarem frente a tais questões, no lugar de preferirem continuar apáticos no seu gabinete, reservando-se o direito de expressão apenas ao ambiente da sala de aula. As inúmeras oportunidades oferecidas para o avanço das discussões não se restringem aos encontros acadêmicos, à sistematização de pesquisas realizada por grupos interdisciplinares, às sessões de defesa de teses ou aos grandes congressos internacionais, mas às publicações veiculadas por revistas especializadas, livros e, principalmente, pela atuação do intelectual nos lugares aos quais é convidado a se manifestar, incluindo-se aí os meios de comunicação de massa. A recente inclinação de conjugar o saber produzido por especialistas com sua divulgação mais popularizada traduz os diferentes lugares por onde passa atualmente o conhecimento, exigindo-se, na realidade, a revisão de antigos preconceitos relativos à separação entre cultura erudita, popular e de massa.

A crítica literária no Brasil, por sua vez experiente dos caminhos percorridos, tem se apresentado em diversos cenários de elocução, que vão desde a fase da crítica de rodapé dos anos 30 aos 50, até o ambiente universitário, onde se desenvolve um estudo mais especializado, com a criação, nos anos 70, de cursos de pós-graduação. A sua presença na mídia é, nos dias atuais, reservada a resenhas e a artigos que muitas vezes ultrapassam o âmbito da crítica literária, constituindo-se, com frequência, em textos que incrementam o debate intelectual entre nós. Mas, antes de tudo, seria preciso lembrar que não se trata mais de se considerar a literatura na sua condição de obra esteticamente concebida, ou de valorizar critérios de literariedade, mas de interpretá-la como produto capaz de suscitar questões de ordem teórica ou de problematizar temas de interesse atual, sem se restringir a um público específico.

A preocupação de representantes da crítica literária quanto à crise por que passa a disciplina é causada pelas transformações culturais e políticas das últimas décadas, razões pelas quais o problema teórico não se restringe apenas à crítica literária. A crescente diluição das fronteiras disciplinares e dos objetos específicos de estudo provoca discussões mais abrangentes na área das humanidades, abalada pela abertura epistemológica e pelo enfraquecimento de territórios. Estudiosos brasileiros, acostumados a conviver com a chegada, hoje muito mais rápida, de teorias estrangeiras nos lares acadêmicos, vêm-se em conflito frente aos caminhos da crítica, uma vez que os estudos culturais de origem anglo-saxônica, e atualmente desenvolvidos nos Estados Unidos, estariam ameaçando os estudos literários, corrompendo o objeto de análise e distorcendo a teoria da literatura. A mudança do centro produtor de saberes ligados às Ciências Humanas – a Europa pelos Estados Unidos – constitui um dos maiores fatores da polêmica que atualmente se trava no meio acadêmico, considerando-se que os princípios norteadores e desconstrutores da teoria literária se concentravam, basicamente, na Europa. Antigos inimigos do estruturalismo francês, ao lado de novos defensores da literatura como discurso a ser priorizado frente aos outros, assim como da teoria como forma de controle à interdisciplinaridade desenfreada, estão novamente alertas contra o “imperialismo americano” e os efeitos de sua política cultural globalizada.

A história da teoria literária como construção moderna – os gregos a praticavam, mas não na concepção adquirida no século XX – está vinculada à divulgação européia, nos anos 60, da teoria produzida na Rússia pelos formalistas, herdeiros da revolução científica da lingüística, desencadeada pelas descobertas de Saussure, além do *new criticism* americano. Este conceito moderno da teoria literária teve por objetivo a produção científica do objeto de estudo, abolindo-se a visão historicista, psicológica e biográfica do literário e instaurando o princípio da *literariedade* como valor. Os desdobramentos dessa corrente for-

malista nos países ocidentais são por demais conhecidos e continuam, até hoje, a ecoar nos discursos que se voltam para a literatura. O caráter sistemático da teoria, a relação funcionalista entre sistema literário e sistema social desenvolvido por Tinyanov, o valor intrínseco da obra literária como construção de linguagem e a sua diferença relativa ao discurso coloquial receberam tratamento mais sofisticado ao longo do tempo, além de terem sido relidos posteriormente através de várias teorias, tais como as da recepção e do efeito, veiculadas pelos alemães Jauss e W. Iser.

Com o *boom* teórico trazido pelo estruturalismo a partir dos anos 50, as Ciências Humanas retomam as lições saussurianas e elegem o paradigma lingüístico como articulador dos outros discursos, realizando-se, nas várias áreas de saber, o trânsito interdisciplinar na construção dos diferentes objetos de estudo. A antropologia de Lévi-Strauss, a psicanálise de Lacan, a leitura sintomal de Althusser, para citar apenas algumas tendências, contribuem para o diálogo que a crítica literária francesa irá manter com outros campos do saber. Embora a maioria dos críticos respondesse pela fidelidade ao objeto da literatura e à descrição semiológica e lingüística do literário – em substituição à análise estilística e filológica – o intercâmbio disciplinar foi bastante praticado, destacando-se, entre eles, Roland Barthes e Julia Kristeva, responsáveis pela abertura do texto literário à análise psicanalítica e à ampliação do conceito de texto, pela introdução da categoria da intertextualidade, de origem bakhtiniana. Teóricos da comunicação de massa, com boa aceitação no meio acadêmico brasileiro, contribuíram, através da abordagem semiológica, para a expansão do objeto de estudo da teoria, não mais confinado às obras consagradas pelo cânone ou inserido no rótulo literário. Marcada ou não pelas parcerias discursivas, a teoria literária soube pelo menos preservar, até pouco tempo, um espaço de saber consolidado, com suas regras, correntes, procedimentos analíticos, autores e métodos.

A reação contemporânea assumida pela crítica literária frente aos estudos culturais não se restringe aos seus representantes brasileiros, mas se encontra também entre os europeus e os próprios norte-americanos. Manifestam-se inconformados não apenas com a “perigosa” diluição do objeto de análise, mas também com a presumida ausência de rigor teórico e sistematização metodológica, que teriam sido motivadas, em grande parte, pelas teorias da multiplicidade, da desconstrução e da descontinuidade pós-estruturalista de Gilles Deleuze e Guattari, Jacques Derrida e Michel Foucault, referências importantes para a releitura das questões culturais processada pelos americanos. Mas a grande vilã da história se concentra na figura “informe” da interdisciplinaridade, praticada, segundo seus detratores, sem a observância de leis ou de controle, a ponto de ser considerada, por K. Anthony Appiah, em

texto de 1993, “an unstructured post-modern hodge-podge”¹.

A discussão sobre os estudos culturais, a crítica literária comparada e a teoria literária consistiria, segundo alguns teóricos, na transformação da interdisciplinaridade em um *novo gênero* (Richard Rorty) ou numa outra *teoria* (Jonathan Culler), em uma nova disciplina ou *pós-disciplina*, como a definem os críticos culturais. Sem que esse debate seja suficientemente levado a termo, persistirão as dúvidas e as acusações. Refletir sobre as diversas posições teóricas que tratam do assunto é uma das formas de tentar historicizar as questões e de entender a causa das desavenças. Caso contrário, a discussão não avança e corre-se o risco de se emitirem opiniões equivocadas por falta de interesse em conhecer os lugares de onde estão sendo enunciados os diferentes discursos teóricos. A identidade requerida às disciplinas ignora os atuais processos de valorização literária e cultural, nos quais são inseridos critérios que ultrapassam o campo particular de cada discurso.

O embate entre as correntes da crítica que postulam a existência de uma teoria rigorosa, sistemática e os críticos culturais, responde pela necessidade de se manter o controle epistemológico em relação ao objeto de estudo. Entre os partidários dessa idéia, incluem-se os representantes da teoria construtivista alemã, na figura de S. J. Schmidt, ou aqueles que acreditam na teoria literária como “uma escola de relativismo, não de pluralismo” (A. Compagnon)². Tal controle poderia ainda impedir que o comparativismo e os estudos culturais se transformassem num “vale tudo” (Luiz Costa Lima)³; que a interdisciplinaridade praticada pelos americanos fosse vista por S. J. Schmidt como “instalação de um armazém de secos e molhados” (Heidrun Olinto)⁴; ou que o “culturalismo” que atinge a área literária, e não apenas ela”, não mais ameaçasse “substituir as disciplinas especializadas por um ecletismo desprovido de qualquer rigor na formação do pesquisador e na formulação de conceitos e juízos” (Leyla Perrone-Moisés)⁵.

Uma primeira constatação que se extrai dessas opiniões revela a censura ao ecletismo e à falta de rigor na formulação de conceitos e de juízos próprios das tendências contemporâneas, em que se tornam frouxas as articulações teóricas, passivos os juízos de valor e imparcial a prática analítica, em virtude do pluralismo de posições e de métodos. O que está em jogo, entre as tendências culturais e literárias, não se restringe apenas à escolha de obras que participem ou não do cânone literário, mas se relaciona ao caráter regulador da crítica cultural, ao considerar elitista a preferência do estudioso por escritores consagrados e tradicionalmente aceitos pela comunidade acadêmica. A reação desses autores denuncia a intolerância como atitude pautada pelos mesmos erros cometidos pela opinião elitista diante da literatura, reservando à crítica o direito de escolher os autores “brancos e ocidentais” como objeto de culto e de análise. Não se trata, no entanto, apenas da

¹ APPIAH, K. Anthony. Geists stories. In: BERHEIMER, Charles. (Ed.) *Comparative Literature in the age of multiculturalism*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1995. p. 57.

² COMPAGNON, Antoine. *Le démon de la théorie: littérature et sens commun*. Paris: Seuil, 1998. P. 282.

³ LIMA, Luiz Costa. O comparativismo hoje. Congresso ABRALIC, 5, 1996. In: Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 81-84.

⁴ OLINTO, Heidrun Krieger. Interesses e paixões: histórias de literatura. In: OLINTO, Heidrun Krieger. (Org.) *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996. p. 33.

⁵ MOISÉS, Leyla Perrone. A crítica literária hoje. Congresso ABRALIC, 5, 1996. Anais... Rio de Janeiro, UFRJ, 1997, p.6.

liberdade de escolha e da conservação do gosto estético: as razões que motivam a defesa da literatura como manifestação singular e acima do senso comum, como se sabe, dependem de critérios consensuais de determinada classe social, guiados pela relação entre cultura e poder, cultura e prestígio, critérios esses tributários da concepção mediatizada e institucionalizada da literatura. Por trás da discussão do gosto estético se acham inseridos problemas mais substantivos quanto à diferença de classe, à democratização da cultura e à perda do privilégio de um saber que pertencia a poucos.

Reações dessa natureza são apresentadas por um professor de literatura alemã, John M. Ellis, da Universidade da Califórnia, no livro *Literature lost: social agendas and the corruption of the humanities*, ao discutir tanto o politicamente correto quanto a falência da teoria como conseqüências graves dos estudos culturais. A causa imediata dessa falência teórica recai na filosofia francesa dos anos 70, representada por Derrida, Foucault, entre outros. Sintomaticamente, uma nova elite pensante é vista pelo autor como detentora de saberes que se caracterizam pela sofisticação e pelo esquecimento da tradição, fazendo tabula rasa de tudo o que havia sido realizado no passado. Dotada de linguagem própria, essa elite intelectual afastaria os que não se enquadrariam nos novos conceitos e expressões do momento, criando-se uma situação de exclusão “politicamente incorreta”, diria eu. A ameaça teórica e a formação de grupos de resistência existem, como se vê, na própria academia americana. As palavras do ensaísta são provocadoras:

The new elite shared a set of assumptions but not a penchant for analysis. One recognized members not by their analytical skill but by the standardized quality of their attitudes. All went through similar motions to come to similar conclusions. Theory was not no longer about conformity. Stanley Fish's Doing What Comes Naturally was typical both in its predictable positions and its ignoring the past: in this book, philosophy of science begins with Thomas Kuhn, serious questions about the idea of truth and the positivist theory of language begin with Derrida, jurisprudence begins with the radical Critical Legal Studies movement, and cultural relativism is a bright new idea without any previous history⁶.

⁶ ELLIS, John M. *Literature lost: social agendas and the corruption of humanities*. Yale: Yale University Press, 1997. p. 201.

Destruir o conceito de origem seria uma das maiores acusações às teorias culturalistas, visto que o que se critica em Stanley Fish é justamente o esquecimento dos verdadeiros precursores teóricos, pela valorização de pensadores contemporâneos. O autor recusa ainda o alto nível de estandardização do saber, na medida em que se abole o

poder analítico e se privilegia a generalização. Guardadas as devidas ressalvas, torna-se evidente que a sua posição conservadora representa uma grande parcela do imaginário crítico da atualidade, na qual a tradição funciona como lugar de reserva utópica e as possíveis mudanças como empecilho ideológico para a preservação de cargos institucionais. Reconhecer a tradição como força e não como modelo seria uma das formas de melhor lidar com a proposta desconstrutora de Jacques Derrida, por exemplo.

A posição de Luiz Costa Lima em, “O comparativismo hoje”, retoma algumas questões do livro de Ellis, com enfoque na urgência de se pensar em categorias capazes de tornar comparáveis os objetos, sem cair em preconceitos ligados a escolhas de ordem elitista ou de outra ordem. Afasta-se do crítico norte-americano ao se colocar contra a atual desconfiança da crítica comparativista em relação à teoria, vista como responsável pelo universalismo interpretativo. Parte em defesa de uma revisão do próprio conceito de universal, retirando-lhe uma função apriorística na formação de saberes, reforçando, paradoxalmente, a impossibilidade de se conceber qualquer conceito sem a sua vertente universalista – romper com esses princípios seria acreditar na formulação de teorias desprovidas de propriedades verificáveis. Destituir o objeto de sua *homogeneidade interna* seria interpretá-lo na sua ausência de propriedade o que o impediria de ser comparável a outro. O valor de cada objeto deve ser determinado como condição indispensável para se tentar construir um solo de discursos que mantenham propriedades afins e distintas, comparáveis entre si.

No momento presente, contemporâneo às acusações dirigidas ao falso moralismo que a teoria teria provocado, o comparativismo torna-se então o quê? Pode-se defini-lo como o lugar das perplexidades ou como uma área do vale tudo. De perplexidades: ante a suspeita que recai sobre a teoria como filhote do imperialismo(!) ou rebento do machismo(!) ou da suposta superioridade dos brancos(.) de que modo se poderá exercer a comparação? Pois, como se poderá comparar isso com aquilo sem que se tenha previamente identificado, justificado e legitimado ao menos uma categoria capaz de tornar comparáveis os objetos... comparados? À medida que a perplexidade não é dobrada, o comparativismo se torna então infestado pelo vale-tudo. Por que diabo não compararíamos os poemas de Rigoberta Manchu com os de Safo?! Não bastaria como categoria legitimadora a heterodoxia política de uma e a sexual da outra? Ou porque não fazer o mesmo com a famigerada Tony Morrison e a hoje desconhecida Caroli-

*na Maria de Jesus? Não seria difícil descobrir um metro comum; ante o receio de acusações de elitismo, que comunidade acadêmica protestaria?*⁷

⁷ LIMA, Luiz Costa. O comparativismo hoje. Congresso ABRALIC, 5. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996. Anais... Rio de Janeiro, UFRJ, 1997. p. 83.

Na hipótese de se ter, na crítica contemporânea, posições contrárias à teoria, o que resultaria no “vale tudo” e na perda de critérios de valorização dos objetos em análise, cabe ao pesquisador se munir de categorias que propiciem a identificação do objeto e a particularização das associações feitas. Inexistindo a prática do pensamento como condição para que todo intelectual se posicione diante do objeto de estudo, cairia por terra a tentativa de conhecimento da literatura e de seus inúmeros avatares. A preocupação do crítico é pelo resgate da prática teórica como forma de controle do “armazém de secos e molhados” em que se transformou a operação interdisciplinar.

Sem concordar com o que Costa Lima propõe, principalmente quanto ao clima do “vale tudo” e da premência em delimitar o campo da teoria literária como saída para o caos, acredito na necessidade de serem consideradas posições teóricas que funcionem como articuladoras das proposições de análise e como elementos dignos de operar o distanciamento crítico. Nesse sentido, deverão ser respeitadas as pluralidades interpretativas, levando-se em conta o inumerável conjunto de novos objetos até pouco tempo desconsiderados pela crítica, como os estudos das minorias, dos textos paraliterários, da correspondência, do memorialismo, e assim por diante.

No artigo introdutório à coletânea *Histórias de literatura*, Heidrun Olinto descreve, com extrema precisão, a tendência das novas teorias alemãs frente às teorias culturais desenvolvidas nos Estados Unidos, principalmente a partir do advento das idéias européias após os acontecimentos do pós-guerra. Reconhecendo a “fraca herança filosófica” que caracterizava, na época, o espaço acadêmico americano, a ensaísta constata, na atualidade, a proliferação de perspectivas interdisciplinares e a tendência a privilegiar “molduras teóricas flexíveis abrangentes”. Essa tendência, tributária da teoria da multiplicidade, foi em parte instaurada pelo livro de Deleuze e Guattari, *Mille plateaux*, de 1980, no qual se constrói a imagem do *rizoma*, responsável por uma “visão paradigmática do pensamento atual”, ao serem postulados espaços de dimensões e direções múltiplas e aleatórias⁸.

Diante da internacionalização dos bens culturais, do avanço indiscriminado da interdisciplinaridade e do surgimento de um vocabulário teórico “miscigenado, de origem incerta”, o discurso crítico contemporâneo torna-se, segundo a ensaísta, pulverizado, por ter se transformado em “jogo metafórico belo e vago”. Na realidade, o que se propõe é a prática de uma interdisciplinaridade séria, através da posição de Siegfried J. Schmidt, ao construir uma ciência da literatura empírica,

⁸ Cf. OLINTO, Heidrun Krieger. Interesses e paixões: histórias de literatura. In: *Histórias de literaturas*. op. Cit., p. 30.

com base em teorias sistêmicas complexas. A resposta à frouxidão epistemológica das teorias pós-modernas é dada por Schmidt através da noção de teoria sistêmica, em que “os sistemas literários são organizados hierárquica e holisticamente”⁹. Para a autora, não há dúvida de que a construção de paradigmas consistentes e definidos teoricamente constitui a maneira mais plausível de controle do discurso assistemático, rizomático e aberto dos estudos literários na atualidade. Heidrun Olinto termina o ensaio denunciando o caráter homogeneizador dos atuais modelos teóricos e parte em defesa da historicização dos conceitos – o que não deixa de ser uma das grandes conquistas das teorias contemporâneas – e do rigor científico do discurso crítico – que merece ressalvas de várias ordens:

*Atualmente existe uma disposição infima em aceitar modelos globais homogeneizados que oferecem uma visão coerente e integrada do lugar onde obras literárias ocupam espaços inconfundíveis. Para muitos, histórias da literatura e, especialmente, conceitos de época perderam sentido e plausibilidade no momento em que os próprios suportes de sua construção são questionados e despedidos. (...). O historiador da literatura devia articular teorias e não brincar com metáforas, ainda que sejam belas e fascinantes, nômadicas e rizomáticas*¹⁰.

Antoine Compagnon, em seu mais recente livro, *Le démon de la théorie*, realiza um balanço minucioso da teoria literária francesa no período estruturalista – do final da década de 60 à de 70 – com o intuito de eleger essa época como marco de uma significativa tendência teórica. Na introdução, sugestivamente intitulada “Que reste-t-il de nos amours?”, um clima de nostalgia é facilmente detectado, considerando-se que a efervescência cultural desses anos não se faz mais sentir na França – como, aliás, em todo o resto do mundo. Mas a força permanente inscrita no ideal teórico transparece nas palavras do autor, que acredita desempenhar a teoria o papel de combate ao senso comum, o que lhe dá, na verdade, o seu verdadeiro sentido. Ao concluir o balanço da teoria literária na França, admite que suas reflexões, longe de conduzirem a uma desilusão teórica, refletem mais uma dúvida, o que motiva a contínua vigilância crítica – a única teoria conseqüente é aquela que aceita questionar a si própria e colocar em causa o seu próprio discurso¹¹.

O final do livro registra, contudo, um alerta diante dos equívocos provocados pela tendência atual da teoria pelos ecletismos e pela pluralidade metodológica. Na confecção da história da teoria literária, o

⁹ SCHMIDT, Siegfried, J. Sobre a escrita de histórias da literatura. In: OLINTO, Heidrun Krieger. *Histórias de literatura*. op. Cit., p. 113.

¹⁰ OLINTO, Heidrun Krieger. Interesses e paixões: histórias de literatura. Art. cit., p. 42-43.

¹¹ Cf. COMPAGNON, Antoine. *Le démon de la théorie*. op. Cit., p. 281.

autor teve a precaução de apontar as relações entre a teoria literária e a lingüística, nas suas variadas manifestações, sem se deter no diálogo da crítica com outros discursos (o psicanalítico, o antropológico, o social). O objetivo de proceder à revisão da crítica literária francesa teve como princípio a utilização do processo de redução do objeto de pesquisa e a recusa estratégica de ampliá-lo, seguindo o recorte econômico do método. Para Compagnon, o conceito de teoria literária estruturalista se constrói com base no paradigma lingüístico, o que não diminui os seus limites epistemológicos, mas acrescenta um alto grau de rigor e de sistematicidade ao objeto. Os limites são descritos de maneira minuciosa e imparcial, notadamente quando se detém na elucidação de uma teoria do texto literário construído com base nos critérios de textualidade e de auto-referencialidade:

La théorie de la littérature, comme toute épistémologie, est une école de relativisme, non de pluralisme, car il n'est pas possible de ne pas choisir. Pour étudier la littérature, il est indispensable de prendre parti, de se décider pour une voie, car les méthodes ne s'ajoutent pas et l'éclectisme ne mène nulle part. Le pli critique, la connaissance des hypothèses problématiques qui régissent nos démarches sont donc vitaux. (...) Je n'ai donc pas plaidé pour une théorie parmi d'autres, ni pour le sens commun, mais pour la critique de toutes les théories, y compris celle du sens commun. La perplexité est la seule morale littéraire¹².

¹² COMPAGNON, Antoine. *Le démon de la théorie*. op. Cit., p. 281-282.

A figura de Barthes funciona como *leit-motiv* da minuciosa descrição do autor sobre as noções fundamentais que compõem o campo da literatura e da teoria literária – a literatura, o autor, o mundo, o leitor, o estilo, a história e o valor – por ser um dos responsáveis pela sistematização teórica do discurso literário. Por essa razão, Compagnon não deixa de render homenagens ao grande crítico, que se notabilizou, inclusive, por romper as barreiras do modelo lingüístico e se entregar a uma prática teórica mais plural e interdisciplinar, embora privilegiasse o discurso literário frente aos demais. Pontua, com precisão, as inúmeras inserções de Barthes nos registros literários estudados, tais como a teoria da morte do autor, a valorização do discurso literário pelo seu caráter escritural, o efeito de real, a transitividade do literário como reforço do aspecto metalingüístico do ficcional e a *écriture* como substituta do estilo. São esses alguns exemplos referentes à rica contribuição do ensaísta para a “ciência da literatura” e para a constituição de paradigmas que permitiram à teoria ocupar um lugar de destaque no interior das Ciências Humanas.

A herança francesa não deixa portanto de ser um dos grandes trunfos que a teoria literária carrega, considerando-se que será a partir de sua divulgação que se tornou possível construir um pensamento teórico nos centros mais diversificados do mundo. O peso dessa conquista impede às vezes que as tendências contemporâneas da crítica – pautadas pelas descobertas européias e apresentando avanços em relação a elas – sejam aceitas por grande parte da comunidade acadêmica, como é o caso de Leyla Perrone-Moisés, no texto “A crítica literária hoje”, apresentado no 5º Congresso da Abralic. Prevalece aí a mesma preocupação de Compagnon e de Costa Lima quanto ao fato de serem respeitados determinados princípios teóricos com capacidade de impedir o desvario eclético da prática analítica dos estudos culturais, da mesma forma que se postula a retomada de valores estéticos com direitos de restituir ao literário o que não lhe é mais atribuído. A grande inimiga continua sendo a situação cultural e política da sociedade contemporânea, dominada pela desconstrução e o multiculturalismo, conceitos que motivam o questionamento do modelo moderno e racionalista de pensamento. A defesa de cânones de referência, enquanto condição para serem retrabalhados os novos preceitos literários não constitui, a meu ver, nenhum empecilho para a convivência do saber moderno com o pós-moderno.

Não se trata, tampouco, de transformar o debate em discussão partidária, em que o binarismo funcione como argumento de exclusão, colocando a teoria contra os estudos culturais ou contra a ausência de teoria, a alta literatura contra as demais manifestações paraliterárias, o elitismo contra o populismo, e assim por diante. A defesa de uma teoria que poderia se impor como única e exclusiva não se sustenta mais no atual espaço acadêmico, pela natureza plural das tendências críticas. Se a sociologia atua como disciplina que dialoga com a teoria construtivista de Schmidt, a filosofia, com os princípios teóricos de Luiz Costa Lima e a semiologia, com as posições de Leyla Perrone-Moisés e de Antoine Compagnon, outros campos de saber poderão continuar a manter o diálogo com os estudos literários e culturais. O perigo é acreditar que a verdade se define pela exclusividade e singularidade desta ou daquela disciplina.

Se as fronteiras disciplinares não mais se sustentam em termos absolutos, a defesa de posições radicais só irão comprovar a dificuldade de se conviver com os lugares indefinidos do próprio saber contemporâneo. O conceito de indefinição, longe de significar a circulação caótica e irracional do conhecimento, aponta a necessidade de se pensar na terceira alternativa fornecida por Richard Rorty e por Jonathan Culler, ao postularem a substituição da matriz disciplinar por um novo gênero e uma nova teoria. A interdisciplinaridade, de vilã da história poderia receber tratamento mais condizente com sua força de aglu-

tinação de diferenças e de pulverização dos limites fechados dos campos teóricos.

Infelizmente, torna-se tarefa impossível conservar, na atualidade, posições radicais contra os desmandos da teoria e o descontrole dos paradigmas de referência. O mundo mudou, nos últimos dez anos, de forma assustadora (para o bem ou para o mal), e por que motivo as concepções artísticas, teóricas e políticas não deveriam também trocar o caminho tranquilizador do reconhecimento pelo do saber sempre em processo? Enfrentar esse desafio é uma das formas de continuar a mover o debate teórico, para que este não se transforme em consenso de grupos ou na apatia acadêmica, provocada por um certo tipo de mal-estar, que não incita a curiosidade, mas, ao contrário, alimenta o conservadorismo.

